

Secretaria do Tesouro e Ministério da Fazenda discordam do novo diretor

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

O secretário-geral do Ministério da Fazenda, Paulo Cesar Ximenes, discorda da opinião do diretor interino do Banco Central, Francisco Amadeu Pires Felix, para quem o relacionamento entre o Banco Central e o Tesouro Nacional "produz todas as distorções criadas com a dívida interna". Amadeu centrou nesta questão a exposição que fez ontem pela manhã na Comissão de Economia do Senado Federal, onde foi sabatinado. Sua colocação não coincide com a avaliação dos principais assessores do ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega.

Para Ximenes, o fato de os recursos das reservas bancárias poderem ser usados diretamente para a aquisição de títulos da dívida pública mobiliária federal — obrigando o BC a injetar liquidez através de sua mesa de "open" para contrabalançar a redução das reservas na base monetária — não significa que o Tesouro Nacional esteja financiando o déficit público contra o Banco Central.

"O problema não está aí, mas no estoque da dívida e na maneira como este estoque é composto", contrapõe o secretário-geral do Ministério da Fazenda. A grandeza do problema fiscal é que impede, na opinião de Ximenes, o Banco Central de exercer uma política monetária efetiva, agravado pelo fato de este déficit estar representado por um título — a LFT — cujas características levam a rolagem diária no "overnight".

SAQUE A DESCOBERTO

"O Tesouro Nacional nunca sacou a descoberto no Banco Central, mantém em sua conta um saldo positivo e, se possível, não interfere nela", afirmou ele, para quem as relações entre o Tesouro e o Banco Central nunca estiveram tão perfeitas do ponto de vista institucional, condição criada com a unificação dos orçamentos, um passo adicional dado em seguida à extinção da conta-movimento, que tirou do Banco do Brasil o poder de criar liquidez.

"O modelo do Amadeu não fecha", atestou o secretário do Tesouro Nacional, Luiz Antonio Gonçalves, reafirmando que o Tesouro nunca sacou a descoberto no Banco Central e que, muito pelo contrário,

mantém em sua conta junto à autoridade monetária "uma disponibilidade de recursos que é crescente". O Tesouro, segundo ele, saca de sua conta ao longo do mês, para normalizar o fluxo de caixa, mediante uma programação prévia que projeta para o período a receita e as despesas, da qual o Banco Central tem conhecimento prévio. O BC, segundo ele, também recebe com 24 horas de antecedência, diariamente, a movimentação prevista na conta do Tesouro para o dia seguinte.

Com aquelas informações na mão, a injeção monetária que representa o saque do Tesouro sobre a disponibilidade na sua conta pode ser neutralizados pelo BC com o movimento dos títulos que tem em carteira. "Nunca tivemos um arranjo institucional tão evoluído como temos agora", disse Gonçalves, lembrando que o BC não compra títulos do tesouro em leilão primário, a menos que precise recompor papéis de sua própria carteira, enquanto pode agora trabalhar na formação da taxa de juro sem a interferência do Tesouro Nacional.

RESTRICÇÕES

Ao contrário do que acredita o diretor interino do BC, o secretário do Tesouro Nacional acha que as restrições existentes à execução da política monetária não são explicadas pelo fato de o Tesouro manter uma conta no BC nem pelo fato de poder movimentar esta conta. Ele concorda com Ximenes, e aponta o perfil da concentração da dívida mobiliária federal, a prática do giro diário desta dívida e o período de incertezas que o País atravessa como as causas da impotência da política monetária: "Isto só melhora com o tempo".

O modelo proposto por Amadeu, baseado na experiência norte-americana, onde o Tesouro mantém conta na rede bancária e faz toda a movimentação de arrecadação de impostos e de colocação de títulos através daquelas contas, é sem dúvida, na opinião de Gonçalves, mais evoluído e chegou a ser pensado quando se esboçou o sistema atual. "As relações entre o Banco Central e o Tesouro Nacional são passíveis de aperfeiçoamento sucessível, mas não podemos pensar em um modelo mais avançado sem um déficit público mais tolerável do que temos hoje".